PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

BRUNA BECKER

**MIGRAÇÃO INDUZIDA POR CLIMA: QUADRO ATUAL NO
DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS**

SÃO PAULO 2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

BRUNA BECKER

**MIGRAÇÃO INDUZIDA POR CLIMA: QUADRO ATUAL NO
DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS**

Trabalho de conclusão de curso
como exigência parcial para graduação no
curso de Direito, sob orientação do Prof.
Dr. Flavio Croce Caetano.

SÃO PAULO 2022

RESUMO

O presente trabalho visa analisar os efeitos da crescente variabilidade climática na migração humana, utilizando como exemplo a área do Sahel na África. Abordando as limitações associadas à diversidade metodológica entre estudos anteriores, expõe a clara lacuna referente a proteção internacional aplicável aos migrantes climáticos. São investigados os efeitos da variabilidade climática na migração em geral e a opção por destinos rurais ou urbanos, assim como suas consequências.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Clima; Refugiados; Convenção; Direitos Humanos.

ABSTRACT

The present paper aims to analyse the effects of the increasing variability of nature in the human area, utilising the Sahel region of Africa as an example. Addressing the limitations associated with the methodological diversity among previous studies, it exposes the clear gap regarding international protection applicable to climate migrants. The effects of climate variability on migration in general and the choice of rural or urban destinations are investigated, as well as their consequences.

KEYWORDS: Migration; Climate; Refugees; Convention; Human Rights

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	6
2 – CLIMA E MIGRAÇÃO.....	7
3 – DIREITO INTERNACIONAL E MIGRAÇÃO INDUZIDA PELO CLIMA	12
3.1 – Direito Internacional dos Refugiados	15
3.2 – Direito Internacional dos Direitos Humanos	20
3.3 – Direito Internacional de Mudanças Climáticas.....	22
3.4 – Propostas de proteção internacional.....	24
4 – O CASO DO SAHEL: A PROTEÇÃO DE MIGRANTES AMBIENTAIS EM ÂMBITO REGIONAL	25
4.1 – Influência da migração na segurança do Sahel	29
5 – MEDIDAS DE REDUÇÃO DE IMPACTOS DA MIGRAÇÃO CLIMÁTICA NA SEGURANÇA E PAZ.....	35
6 – CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1 – INTRODUÇÃO

Entre os séculos 13 e 15, a cidade de Mayapan serviu de capital para cerca de 20.000 pessoas do povo Maya; foi uma das mais prósperas e longevas capitais antigas. Um estudo recente na *Nature Communications* sugere que um dos principais motivos que levou à conflitos civis e eventual queda de Mayapan foi influenciado por uma longa seca no século anterior ao eventual massacre da família Cocom pela facção política rival chamada Xiu, seca esta que teria gerado conflitos civis que possibilitaram esse colapso

O declínio político de Mayapan, possivelmente como consequência direta de uma seca que causaram alvoroço social, serve de aviso para o mundo atual a respeito do futuro que estará inevitavelmente atrelado a mudanças climáticas que já são claramente visíveis. Um dos efeitos dessas mudanças que deve se avultar de maneira cada vez mais veloz a medida que o clima é modificado é a necessidade que certas pessoas e comunidades terão de deslocamento para locais mais propícios à sua sobrevivência.

Os efeitos de eventos catastróficos (por exemplo, secas extremas e inundações) sobre a migração no mundo em desenvolvimento muitas vezes chamam a atenção do público e de políticos. No entanto, a migração humana também está consistentemente ligada a formas menos visíveis, mas mais abrangentes de variabilidade climática, como o aumento da temperatura (GRAY e MUELLER, 2012; MARCHIORI et al., 2012; BOHRA-MISHRA et al., 2014; MUELLER et al., 2014). Embora a evidência de tais efeitos seja muito mais robusta do que há dez anos, por exemplo, quase todos os estudos existentes foram relativamente estreitos em escopo geográfico (uma exceção sendo Gray & Wise, 2016). Além disso, diversas metodologias foram aplicadas nesses estudos. Como resultado, até que ponto as descobertas anteriores são generalizáveis entre populações e contextos é uma questão em aberto.

O presente estudo aborda essas limitações quantificando as respostas da migração humana à variabilidade climática usando 25 censos de oito países da América do Sul e aplicando uma metodologia comum e definições uniformes de migração e clima. Essa abordagem permite avaliar até que ponto as mudanças climáticas estão afetando os padrões de migração em uma região geográfica ampla – quase um continente inteiro – e ao longo de várias décadas. Também torna possível

testar as diferenças nos efeitos climáticos de acordo com o sexo, idade, nível educacional, país de residência e tipo de destino dos indivíduos afetados (urbano ou rural).

A atenção à heterogeneidade nos efeitos climáticos é importante para a compreensão das respostas comportamentais às mudanças ambientais. Variações em resposta a mudanças semelhantes no clima sugerem diferenças sistemáticas nos mecanismos de adaptação que os indivíduos afetados são capazes ou propensos a usar. O estudo de tais padrões é meritório, pois compreender os contornos de como os padrões de resposta são distribuídos é um requisito para o desenho de políticas de proteção social efetivas em relação aos impactos climáticos. Evidências sobre a composição da migração induzida pelo clima também são necessárias para avaliar as prováveis consequências socioeconômicas desses fluxos migratórios. Evidências recentes mostram que a migração ambientalmente induzida em países em desenvolvimento pode ter consequências negativas sobre os salários dos residentes nas comunidades receptoras (STROBL e VALFORT, 2015). No entanto, exatamente quem esses migrantes afetarão depende de para onde vão e de quais habilidades trazem para o seu destino, uma questão que motivou grandes pesquisas sobre migração em geral (AYDEMIR e BORJAS 1994; SJAASTAD, 1962; TODARO 1969).

2 – CLIMA E MIGRAÇÃO

À medida que se formou um consenso em torno das evidências da mudança climática antropogênica global, as preocupações com a migração relacionada ao clima – e os chamados refugiados climáticos – tornaram-se cada vez mais difundidas (MYERS, 1997). Embora a migração humana continue sendo um dos principais impactos sociais esperados das mudanças climáticas, uma perspectiva mais sutil e baseada em evidências demonstra claramente as previsões de que as mudanças climáticas causarão uniformemente movimentos populacionais em larga escala no contexto interno e externo (BLACK et al., 2011; FUSSELL et al., 2014; HUNTER et al., 2015). A premissa fundamental de que as mudanças climáticas afetam os padrões de migração humana não foi extensamente contestada. A existência de tais relações têm sido demonstrada em diversos estudos (BOHRA-MISHRA et al., 2014; GRAY e MUELLER, 2012; HUNTER et al., 2013; HUNTER et al., 2015; MUELLER et al., 2014;

NAWROTZKI et al., 2015), e é consistente com trabalhos anteriores que relacionam anomalias climáticas com perdas de bem-estar de curto prazo em muitos países em desenvolvimento (PAXSON, 1992; JALAN e RAVALLION, 1999; DERCON, 2004; KAZIANGA e UDRY, 2006). No entanto, pesquisas recentes sublinharam uma série de complexidades e contingências em relação aos efeitos climáticos sobre a migração. Isso inclui diferenças de acordo com o tipo de mudança climática, as características demográficas e o status socioeconômico dos grupos afetados e a distância e direção da migração.

Vários tipos de variabilidade climática demonstraram afetar a migração. As principais distinções entre as medidas climáticas incluem aquela entre temperatura e precipitação, e de acordo com se a medida captura choques de curto prazo ou condições anômalas por longos períodos de tempo (como vários anos). Alguns estudos anteriores encontraram efeitos significativos de chuva (GRAY e MUELLER, 2012; HENRY et al., 2004; HUNTER et al., 2013), mas descobertas recentes sugerem que anomalias de temperatura também podem ter efeitos independentes consistentes na migração (BOHRA-MISHRA et al., 2013). al., 2014; GRAY e WISE, 2016; MUELLER et al., 2014).

A precipitação e a temperatura podem plausivelmente afetar a mobilidade por meio de vários mecanismos, como danos à habitação e outras infraestruturas físicas (DE WAARD et al., 2016; FUSSELL e HARRIS, 2014; GRAY e MUELLER, 2012), causando mudanças fisiológicas que moldam resultados econômicos domésticos como uma menor produtividade devido ao estresse térmico (GRAFF ZIVIN et al. 2015; HSIANG, 2010), e por meio de impactos setoriais ou econômicos (BURKE et al. 2015). Entre esse conjunto de caminhos possíveis, os efeitos climáticos sobre a migração têm sido mais comumente considerados como ocorrendo por meio de um mecanismo agrícola em áreas que dependem da agricultura de subsistência (KUBIK e MAUREL, 2016; NAWROTZKI e BAKHTSIYARAVA, 2016). Nesse contexto, os efeitos climáticos foram enquadrados como afetando primeiro a produção agrícola e, depois, por meio de efeitos relacionados nos meios de subsistência, alterando o comportamento da migração (GRAY e MUELLER, 2012; MUELLER et al., 2014).

Para este fim, as evidências sobre os efeitos do clima na produção agrícola produzem resultados geralmente consistentes com a literatura sobre migração. Por exemplo, evidências de que temperaturas anormalmente altas ou baixas têm efeitos adversos na produção agrícola (LOBELL e ASNER, 2003; LOBELL e FIELD, 2007;

PENG et al., 2004) correspondem a achados que mostram fortes ligações temperatura-migração (BOHRA-MISHRA et al., 2014; MUELLER et al., 2014). No entanto, uma atenção cuidadosa à magnitude e direção das anomalias de temperatura parece necessária. Como apenas um exemplo, considere a pesquisa que sugere que os efeitos da temperatura no rendimento das culturas agrícolas podem ser não lineares. Nesses casos, os efeitos climáticos adversos na agricultura podem ocorrer apenas além de certos limites mínimos e máximos de temperatura, com efeitos positivos ocorrendo à medida que as temperaturas aumentam até esse valor crítico (SCHLENKER e ROBERTS, 2009). Da mesma forma, outras pesquisas notaram que temperaturas anormalmente baixas também podem afetar negativamente a produção agrícola (ALMARAZ et al., 2008), sugerindo a possibilidade de limites em ambas as extremidades de uma faixa de temperatura ideal para uma determinada cultura ou sistema de cultivo (BARDSLEY e HUGO, 2010; BOHRA-MISHRA et al., 2014). A complexidade evidente neste e em outros exemplos fornece pouco em termos de hipóteses claras sobre a direção dos efeitos climáticos na mobilidade humana, uma vez que o efeito do aquecimento e resfriamento nos meios de subsistência (e, portanto, na migração) pode depender da magnitude da mudança e dos limites críticos presentes em sistemas agroecológicos específicos afetados pelas mudanças climáticas.

Além da distinção entre os efeitos da temperatura e da precipitação, estudos mostraram efeitos climáticos significativos na migração usando medidas de choques em diferentes escalas de tempo. Exemplos na literatura existente variam de medidas de condições climáticas específicas da estação (MUELLER et al., 2014) a médias plurianuais (BOHRA-MISHRA et al., 2014). A escolha das medidas tem implicações substantivas, uma vez que as respostas comportamentais a choques de curto prazo e mudanças de início lento podem ser bastante diferentes. As respostas a choques de início rápido e de curta duração são amplamente enquadradas em termos de redução de risco: a migração faz parte das estratégias familiares para mitigar os efeitos de choques adversos nos meios de subsistência ou até mesmo para aproveitar um choque positivo (KLEEMANS, 2014). Mudanças graduais nas condições climáticas também podem provocar mudanças comportamentais que incluem a migração, mas as ligações entre estes aspectos são menos claras uma vez que podem refletir diferenças nas percepções de mudança, capacidade de resposta e disponibilidade de outras respostas *in situ* (NAWROTZKI e DEWAARD, 2016).

O potencial para resultados heterogêneos de acordo com a capacidade de resposta dos indivíduos é consistente com as expectativas de que as relações clima-migração também são moldadas pelas condições sociais, econômicas e políticas nas áreas afetadas (BLACK et al., 2011; HUNTER et al., 2015). Estudos anteriores mostram que as respostas migratórias à variabilidade climática diferem de acordo com características demográficas, status socioeconômico e, em alguns casos, variáveis de nível comunitário, como redes de migração (NAWROTZKI et al., 2015). Essas características são frequentemente vistas como correlatas à vulnerabilidade, determinando tanto a gravidade dos efeitos climáticos (por exemplo, na segurança alimentar) quanto o conjunto de possíveis respostas a essas mudanças. Por exemplo, em contextos com mercados de trabalho segregados por sexo, os membros masculinos da família podem ser mais propensos a realizar migração relacionada ao trabalho em resposta a mudanças ambientais (GRAY, 2010). Por outro lado, os agregados familiares chefiados por mulheres podem estar em situações econômicas precárias que aumentam a probabilidade de migração (GRAY e MUELLER, 2012). A migração relacionada ao casamento também é comum entre as mulheres em alguns contextos. Na medida em que o casamento tem implicações econômicas para as famílias afetadas, seria de se esperar que esses fluxos migratórios desproporcionalmente femininos fossem afetados exclusivamente por choques climáticos (FINDLEY, 1994; GRAY e MUELLER, 2012).

Além do gênero, o papel do status socioeconômico da linha de base (ou seja, antes do choque climático) foi postulado para afetar a necessidade de deslocamento de ambas as famílias em resposta ao choque, bem como sua capacidade de fazê-lo (KUBIK e MAUREL, 2016). Por um lado, indivíduos com recursos limitados comumente mitigam os riscos de renda por meio da diversificação do trabalho, que muitas vezes envolve a mobilidade geográfica (KOCHAR, 1999; ROSE, 2001; JAYACHANDRAN, 2006; DILLON et al., 2010). Em outros casos, no entanto, as mudanças climáticas podem ter um efeito imobilizador em que a mudança no ambiente afeta negativamente os recursos domésticos necessários para se deslocar (BLACK et al., 2011; WARNER e AFIFI, 2014). Essa dinâmica populacional encurralada contraria argumentos que confundem pobreza com vulnerabilidade ao deslocamento. Outras dimensões do status socioeconômico também podem afetar a dinâmica ambiente-migração. Por exemplo, a educação pode não apenas moderar os efeitos climáticos sobre a migração permitindo resposta *in situ*, mas também por afetar

os meios de subsistência básicos dos indivíduos (determinando a exposição às mudanças climáticas) e as perspectivas de emprego em destinos potenciais (DERESSA et al., 2009; TODARO, 1969).

Fatores contextuais também podem moderar ou mediar a relação entre clima e migração. Os indivíduos afetados estão inseridos em configurações regionais e nacionais únicas. Essas condições estruturais afetam a extensão em que uma determinada mudança climática tem um efeito tangível sobre os indivíduos e moldam a capacidade e a propensão dos indivíduos a se mover. Por exemplo, pesquisas anteriores demonstraram que os efeitos macroeconômicos dos choques de temperatura foram historicamente limitados a países pobres e, em alguns casos, operam por meio de um mecanismo político (DELL et al., 2012). Outras condições macroeconômicas e políticas – como aquelas que determinam a disponibilidade de recursos para programas de mitigação climática e leis de migração, por exemplo, também podem afetar a migração relacionada ao clima (ADGER, 2006; KIM e WOLINSKY-NAHMIAS, 2014; REUVENY, 2007) . É claro que o contexto ambiental também importa. Espera-se que os impactos climáticos sejam desproporcionalmente concentrados em certas regiões e sistemas agroecológicos (por exemplo, comunidades costeiras, áreas dependentes de agricultura de sequeiro), resultando em uma variação espacial substancial nos riscos relacionados ao clima (JONES e THORTON, 2003; PIONTEK et al., 2014; THORTON et al., 2009; WHEELER e VON BRAUN, 2013). Como esses fatores contextuais interagem para afetar a migração em um determinado cenário é em grande parte uma questão empírica, mas a implicação é clara: fatores acima e além das características familiares podem moldar o efeito do clima na migração.

O potencial para efeitos de deslocamento e imobilização sublinha as expectativas um tanto ambíguas em relação à direção dos efeitos climáticos sobre a migração. Eles também sugerem a necessidade de levar em conta o tipo de movimento em questão. Por exemplo, riqueza, incluindo o chamado capital natural, pode ser particularmente importante para movimentos que alcançam distâncias maiores como o deslocamento internacional (GRAY, 2009). Este ponto está bem estabelecido na literatura sobre migração mais ampla, que mostrou que os custos econômicos e psíquicos da migração geralmente aumentam com a distância (SJAASTAD, 1962). A mobilidade local pode, portanto, estar relativamente mais disponível como mecanismo de sobrevivência para os pobres, levando a efeitos

climáticos menos seletivos nos deslocamentos locais do que a migração de longa distância. Talvez sem surpresa, então, as taxas de movimento local mostraram ser mais responsivas à variabilidade climática do que movimentos de longa distância e internacionais (FINDLEY, 1994; GRAY e MUELLER, 2012). Dito isso, também se destaca a possibilidade de que, em alguns casos, a migração de longa distância possa ser uma resposta mais comum e, de fato, necessária às mudanças ambientais. A migração local pode não ser uma resposta eficaz aos riscos de renda impulsionados por mudanças ambientais comuns a uma região (ou seja, choques covariáveis), tornando a migração de longa distância a estratégia de redução de risco mais eficaz nesses casos (ROSENZWEIG e STARK, 1989).

Os efeitos climáticos sobre a migração também podem divergir em relação ao tipo de destino. Embora seja possível descrever os destinos de acordo com uma série de variáveis, a diferença entre os destinos rurais e urbanos é particularmente saliente. A evidência de que as mudanças climáticas impulsionam a migração para as áreas rurais pode sugerir que os indivíduos afetados estão se adaptando por meio da diversificação geográfica simples (por exemplo, mudanças do trabalho agrícola para o trabalho assalariado agrícola em outra região), mas as mudanças para as áreas urbanas sugerem diversificação geográfica e de meios de subsistência (por exemplo, mudanças totalmente fora da agricultura). A diferença entre tais estratégias tem implicações claras para a integração e os resultados econômicos entre os migrantes (incluindo sua capacidade de remeter recursos de volta à sua origem), bem como para os impactos nas comunidades receptoras (STROBL e VALFORT, 2015). No geral, a literatura existente sobre este tópico tornou-se cada vez mais sofisticada e robusta nos últimos anos, mas os resultados existentes pintam um quadro complicado quando considerados como um todo.

3 – DIREITO INTERNACIONAL E MIGRAÇÃO INDUZIDA PELO CLIMA

Devido à degradação ambiental antropocêntrica, muitos indivíduos em áreas especialmente expostas às mudanças climáticas se veem compelidos a se deslocar. Os deslocados resultantes são encaminhados como migrantes ambientais, tornando-se deslocados internos (*internally displaced person*, ou IDP) dentro de fronteiras domésticas ou cruzando fronteiras internacionais como tentativa de sobrevivência.

Apesar de se tratar de uma migração forçada, essas pessoas não são diretamente protegidas pelo marco legal internacional da proteção dos refugiados. O presente capítulo tem como objetivo analisar o atual status legal dos migrantes ambientais para fornecer uma visão geral da atual situação. Além disso, este capítulo tenta avaliar desenvolvimentos, iniciativas e jurisprudência para demonstrar os esforços sendo tomados no contexto para garantir mais proteção a um grupo tão vulnerável.

Quando se pensa na proteção legal do refugiado, o primeiro mecanismo que vem à mente é a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados¹. No entanto, a proteção dos refugiados esteve na agenda da comunidade internacional muito antes de 1951. Apesar da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 ser um marco importante na proteção desses indivíduos, a primeira organização internacional a abordar a importância e a proteção dos refugiados foi a Liga das Nações². A Liga das Nações, fundada logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, e da assinatura do Tratado de Versalhes em 1919, visava estabelecer e manter a paz após os resultados devastadores da Primeira Guerra.

Com o colapso do Império Russo, otomanos e austro-húngaros decorrentes do conflito, houve um grande fluxo de migração em toda a Europa. Relata-se que após a Primeira Guerra Mundial e a queda do Império Russo, cerca de um milhão de refugiados russos deixaram sua terra natal e foram distribuídos por toda a Europa; foram estes os primeiros refugiados do século XX a receber atenção e proteção internacional através da Liga das Nações³.

Como Shauna Labman explica em seu livro *“Looking Back, Moving Forward: The History and Future of Refugee Protection”*, a Liga das Nações estava em uma situação em que poderia abordar a questão dos refugiados. Portanto, em 1921, a Liga criou o cargo de Alto Comissário para Refugiados e nomeou o norueguês Fridtjof Nansen como seu primeiro Alto Comissário⁴. Nansen incorporou e estabeleceu muitos esforços notáveis na proteção de refugiados; uma de suas ações mais conhecidas e bem-sucedidas durante o seu mandato foi o chamado Passaporte Nansen, que forneceu aos refugiados um documento para que pudessem transitar entre fronteiras

¹ Assembleia Geral da ONU, 'Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados', Pub. L. No. Res 429(V) (1954).

² Shauna Labman, *Looking Back, Moving Forward: The History and Future of Refugee Protection*, *Looking Back*, nd, 25., p. 2.

³ Labman, *Looking Back, Moving Forward: The History and Future of Refugee Protection*, 3.

⁴ Labman, 3.

internacionais. No início, o Passaporte Nansen foi emitido apenas para refugiados russos, mas posteriormente foi estendido para ser emitido também para armênios e outros grupos de refugiados. No entanto, o aspecto mais importante do Passaporte Nansen era que ele dava aos refugiados um documento legal⁵.

As práticas políticas da Liga das Nações também mostram, em parte, uma imagem inicial dos problemas e debates atuais na proteção dos refugiados. Resta claro que a Liga das Nações compreendeu a importância da distribuição equitativa dos refugiados⁶. Cabe aqui dizer que o já mencionado Passaporte Nansen é conhecido como o “*início do direito internacional dos refugiados*”⁷. A vasta crise de refugiados causada pela queda dos grandes impérios após a Primeira Guerra Mundial deu a Nansen e à Liga das Nações uma amostra do que estava por vir. Com a tomada do poder pelo partido de Adolf Hitler na Alemanha em 1933 e suas consequências, a proteção e o alcance da legislação referente a refugiados foram estendidos às pessoas que fugiram da Alemanha e, desde 1939, também da Áustria⁸.

A extensão dessa crise de refugiados só ficou clara com o fim da Segunda Guerra Mundial, com cerca de 30 milhões de refugiados ou deslocados. Entre eles, muitos soldados que não puderam entrar em seu país de origem devido a mudanças nas fronteiras geográficas durante a guerra⁹.

Já em 1943, as forças Aliadas fundaram a Administração das Nações Unidas para Auxílio e Reabilitação, cuja ideia era a repatriação de pessoas deslocadas¹⁰. Ela existiu até 1947, quando suas atribuições foram transferidas para agências da ONU como Organização Internacional de Refugiados e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Com a fundação das Nações Unidas em outubro de 1945, a Liga das Nações foi dissolvida em 18 de abril de 1946. A fundação da ONU também trouxe o próximo marco histórico na proteção dos refugiados quando, em 1950, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) criou o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Esta instituição permanente substituiu também o OIR

⁵ Labman, 3.

⁶ Labman, 4.

⁷ Claudena Skran, *Refugees in Inter-War Europe* (Oxford University Press, 1995), 105, <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198273929.001.0001>.

⁸ Nowak and Walter, “Flucht und Asyl in der Geschichte der Menschenrechte”, 173.

⁹ Nowak and Walter, 173.

¹⁰ Labman, ‘Looking Back, Moving Forward: The History and Future of Refugee Protection’, 8.

e continua ativa como o principal ator em termos de proteção internacional de refugiados.

Através do trabalho do ACNUR, a AGNU adotou a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados em 1951. A Convenção dos Refugiados, com seu protocolo adicional adotado em 1967, marca um dos mais importantes eventos na história da proteção de refugiados no Direito Internacional.

3.1 – Direito Internacional dos Refugiados

Conforme mencionado anteriormente, a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi estabelecida e adotada em 28 de julho de 1951. Entretanto, foram necessários quase três anos para que a convenção entrasse em vigor, o que aconteceu apenas em 22 de abril de 1954.

Um dos principais elementos consagrados na Convenção de 1951 é a definição do termo refugiado, presente no Artigo 1 das Disposições Gerais e que determina sua aplicação a qualquer pessoa:

“Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1o de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”¹¹.

Antes de estipular essa definição para o termo refugiado, a Convenção da ONU afirmava que essa definição seria atribuível apenas às pessoas afetadas pelos eventos ocorridos na Europa antes de 1951, limitando o escopo da e impedindo que abrangessem fluxos migratórios ocorridos após a Segunda Guerra Mundial. Logo, surgiu a necessidade de uma revisão da Convenção de 1951. Essa revisão tão necessária foi conduzida por meio de um protocolo adicional adotado em 1967, o chamado Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados; este removeu a

¹¹ Assembleia Geral da ONU

limitação de abrangência devido a eventos ocorridos em tempo hábil. O Protocolo garantiu a aplicação universal da ONU Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados.

Antes de entrar na análise do conceito de “refugiado” e sua relevância para os migrantes ambientais, porém, é essencial entender um dos princípios mais importantes que sustentam a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

O princípio da não devolução (*non-refoulement*) é definido pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) como uma proteção essencial sob o direito internacional dos direitos humanos, dos refugiados, humanitário e consuetudinário. Além disso, o ACNUDH estipula:

“que o princípio proíbe os Estados de transferir ou remover indivíduos de sua jurisdição ou controle efetivo quando houver motivos substanciais para acreditar que a pessoa estaria em risco de dano irreparável ao retornar, incluindo perseguição, tortura, maus-tratos ou outras violações graves aos direitos humanos”¹². (Tradução livre)

Esse princípio está consagrado também no Artigo 33(1) da Convenção de 1951, nos seguintes termos:

“Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, na sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas”¹³.

Esse princípio fornece a base da proteção dos refugiados e é universalmente aceito como a base de um sistema funcional de proteção para pessoas em necessidade desesperada, uma vez que elas não são protegidas por seu próprio Estado.

¹² Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, ‘The Principle of Non-Refoulement under International Human Rights Law’ (Geneva: Office of the High Commissioner for Human Rights, July 2018), <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Migration/GlobalCompactMigration/ThePrincipleNon-RefoulementUnderInternationalHumanRightsLaw.pdf>.

¹³ ONU, Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), Art. 33(1).

Embora se saiba que a discussão acadêmica oferece muitas noções e terminologias diferentes que descrevem a fuga das mudanças climáticas, como movimento populacional induzido pelo clima, migração e mudança climática, migrantes induzidos pelas mudanças climáticas, deslocamento induzido pelo clima, migração climática, bem como muitas outras, este trabalho utiliza a noção de migrantes ambientais. No entanto, a discussão do conceito está se desenvolvendo rapidamente e é de extrema importância, pois traz consigo diferentes consequências (palavras e nomes possuem força no imaginário coletivo e, portanto, consequências sociais e políticas). O pano de fundo para a diversidade de terminologia não é apenas a dificuldade, mas também as consequências resultantes do direito internacional que precisam ser consideradas¹⁴.

Ao reavaliar a definição de “refugiado” dada pela Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, prevalece o consenso de que os migrantes ambientais não se enquadram nessa definição convencional. A definição estabelecida pela Convenção enfatiza que um refugiado só pode ser considerado como tal se estiver fugindo de sua casa devido a um fundado temor de perseguição; portanto, parece claro à primeira vista que os migrantes ambientais não podem ser considerados como refugiado sob a ótica da Convenção de 1951.

Jane McAdam, em seu artigo *Climate Change Displacement and International Law*, expressa que as pessoas que fogem devido aos efeitos das mudanças climáticas não podem ser classificadas como refugiados devidos a três principais pontos¹⁵:

1. O conceito de refugiado só é aplicável a pessoas fugindo através de fronteiras internacionais, enquanto, em sua maioria, os indivíduos fugindo de mudanças climáticas se deslocam internamente;
2. Há um problema na própria classificação das mudanças climáticas como um motivo substancial de perseguição. Mesmo que muitas vezes as mudanças climáticas levem a desastres e deslocamentos prejudiciais, isso não preenche a definição de perseguição. Essas pessoas não estão sendo

¹⁴ Hanschel: Klimaflüchtlinge und das Völkerrecht (ZAR 2017, 1).

¹⁵ Jane McAdam, ‘Climate Change Displacement and International Law’, *UNHCR*, <https://www.unhcr.org/4dff16e99.pdf>, acesso em 14 de setembro de 2022.

- perseguidas por seu governo de origem e, portanto, não são protegidas no quadro jurídico internacional dos refugiados. Em vez de serem perseguidos por seu próprio Estado, os principais motivos que aceleram as mudanças climáticas provêm de países industriais nos quais os refugiados climáticos estão tentando receber proteção contra as mudanças climáticas. Assim, a pessoa perseguida fugiria em certa medida para os braços de seu perseguidor, o que é contrário ao disposto na Convenção sobre Refugiados;
3. Mesmo que os impactos das mudanças climáticas possam ser interpretados de maneira ampla como um aspecto da perseguição, a estrutura legal internacional estipula claramente que a perseguição deve ser vista dentro da estrutura de religião, raça, opinião política, nacionalidade ou pertencimento a um grupo social específico. Isso também está de acordo com a opinião representada pelo ACNUR que afirma que a perseguição está normalmente relacionada à ação das autoridades de um país, seja por meio de perseguição direta por parte das autoridades, seja por meio de perseguição indireta, em que o país permite que seus residentes sejam perseguidos.

No entanto, Addaney diz em seu trabalho *“The Legal Challenges of Offering Protection to Climate Refugees in Africa”*, publicado em 2020, que a Convenção de 1951 precisa ser interpretada de maneira mais ampla e contemporânea. Ele menciona o exemplo das convenções envolvendo a interpretação do termo “refugiado” pelos Estados que estão começando a incluir várias formas de violência baseada em gênero na interpretação de perseguição¹⁶. Este ponto de vista é contrário ao de McAdam, que expressou sua dúvida sobre este assunto em seu relatório para o ACNUR em 2011. De acordo com ela:

“Um argumento de que as pessoas afetadas por seus [mudança climática] impactos poderiam constituir um ‘grupo social específico’ seria difícil

¹⁶ Michael Addaney, ‘The Legal Challenges of Offering Protection to Climate Refugees in Africa’, in *Governance, Human Rights, and Political Transformation in Africa*, ed. Michael Addaney, Michael Gyan Nyarko, and Elsabé Boshoff (Cham: Springer International Publishing, 2020), 333–58, https://doi.org/10.1007/978-3-030-27049-0_13, p.337

*de estabelecer, porque a lei exige que o grupo esteja conectado por uma característica fundamental e imutável que não seja o próprio risco de perseguição.*¹⁷ (Tradução livre)

Concluindo a discussão sobre a aplicabilidade, aos migrantes ambientais, do mecanismo de proteção aos refugiados, Hanschel resume bem as dificuldades ao afirmar que os desafios de uma fuga causada pelas mudanças climáticas são específicos e exigem uma resposta própria. A situação pode ser diferente quando o Estado reage às mudanças ambientais induzidas pelo clima com graves violações de direitos humanos dirigidas contra um determinado grupo¹⁸.

No entanto, tornou-se evidente que a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados não oferece nenhuma proteção às pessoas que fogem das mudanças climáticas. Ainda assim, McAdam explica que

*“Desde 2000 houve um pequeno número de casos na Austrália e na Nova Zelândia em que pessoas de Tuvalu, Kiribati e Tonga tentaram argumentar que deveriam receber proteção de refugiados contra os impactos das mudanças climáticas [...] Todas essas as reivindicações falharam com base no fato de que o dano temido não equivalia a perseguição e que não houve impacto diferencial sobre o requerente.”*¹⁹ (Tradução livre)

Além disso, não é realista que a comunidade internacional seja unificada o suficiente em sua opinião para adotar um protocolo adicional que garanta que as pessoas que fogem de mudanças climáticas recebam proteção sob a Convenção. Muitos Estados Partes temem que adicionar um novo (e amplo) grupo de pessoas ao quadro legal de proteção aos refugiados possa levar a uma desvalorização da atual proteção aos refugiados²⁰. Apoiando esta argumentação está também a reserva

¹⁷ McAdam, ‘Climate Change Displacement and International Law’, 13.

¹⁸ Hanschel: Klimaflüchtlinge und das Völkerrecht (ZAR 2017,1) p. 3

¹⁹ Jane McAdam, *Climate Change, Forced Migration, and International Law* (Oxford: Oxford University Press, 2012), 186.

²⁰ Addaney, ‘The Legal Challenges of Offering Protection to Climate Refugees in Africa’, 337.

expressa pelo ACNUR em seu primeiro relatório que aborda o tema das mudanças climáticas, desastres naturais e a abordagem terminológica do ACNUR. O ACNUR expressou sua reserva para a terminologia de refugiado em um contexto de mudança climática da seguinte forma:

“Na verdade, o ACNUR é da opinião de que o uso de tal terminologia poderia prejudicar o regime jurídico internacional para a proteção de refugiados cujos direitos e obrigações são claramente definidos e compreendidos. Também não seria útil parecer implicar um vínculo e, assim, criar confusão sobre o impacto das mudanças climáticas, degradação ambiental e migração e perseguição que estão na raiz de um refugiado que foge de um país de origem e buscar proteção internacional.”²¹ (Tradução livre)

Addaney considera que a razão dessa atitude é *“o medo de que expandir a definição convencional de ‘refugiado’ para incluir refugiados climáticos e refugiados tradicionais obscurece diferenças elementares de experiência entre dois grupos, especialmente porque o nexo entre refugiados climáticos e seus Estados não foi cortado por perseguição.”²²*

Um fator adicional que está facilitando a hesitação nesta questão é o grande aumento esperado no número de refugiados se o grupo de migrantes ambientais for incorporado na definição da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados pela comunidade internacional. Depois de avaliar minuciosamente as lacunas de proteção existentes na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados para pessoas que fogem das mudanças climáticas, surge a questão de se essas pessoas estão de alguma forma protegidas por outras violações da lei. De fato, uma estrutura legal que oferece proteção até certo ponto é a estrutura do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH).

3.2 – Direito Internacional dos Direitos Humanos

²¹ UNHCR, ‘Climate Change, Natural Disasters and Human Displacement: A UNHCR Perspective’, 14 August 2009, 9, <https://www.unhcr.org/4dff16e99.pdf>.

²² Addaney (n 33) 337.

Os direitos consagrados no DIDH devem ser aplicados e usufruídos por todos os indivíduos, simplesmente por conta de sua natureza humana. No entanto, as mudanças climáticas podem ter impactos severos sobre a habilidade de desfrutar desses direitos humanos por certos indivíduos e grupos mais afetados pelas mudanças. Os impactos podem ser degradação ambiental de início lento, como aumento do nível do mar, secas e desertificação, ou degradação ambiental de início rápido, como ciclones, furacões, tsunamis, tempestades e inundações. De qualquer forma a degradação do meio ambiente e, portanto, da subsistência das pessoas que vivem em áreas especialmente vulneráveis e afetadas por tais eventos acelerados pelas mudanças climáticas, têm impactos severos no aproveitamento de diversos direitos humanos. Os direitos restringidos por tais eventos podem variar entre o direito à alimentação, água, saúde, moradia e cultura, mas também a um dos maiores direitos fundamentais, o direito à vida.

De acordo com Addaney, os refugiados climáticos fogem da privação de seus direitos fundamentais, como o mencionado direito à vida, mais do que fogem de seu Estado de origem para buscar um melhor padrão de vida em um país mais próspero. Além disso, Addaney afirma que refugiados climáticos e políticos compartilham semelhanças na necessidade de proteção legal; o autor afirma que o princípio da não devolução deve ter um requisito moral igual para refugiados políticos e climáticos.

Além disso, o desenvolvimento recente na proteção dos refugiados climáticos lançou uma luz de esperança para esse grupo vulnerável e muitas vezes desprotegido. O Comitê de Direitos Humanos da ONU divulgou um relatório de seus pontos de vista que chamou a atenção para o tema da proteção dos refugiados climáticos após receber uma denúncia de um indivíduo de Kiribati no ano de 2016 que teve seu asilo negado na Nova Zelândia e foi deportado de volta para Kiribati²³. Dando seguimento a essa comunicação individual, o Comitê emitiu seu relatório em janeiro de 2020, que deu esperança para um avanço na proteção dos refugiados climáticos. O relatório estipula que um Estado pode ser considerado violador de sua obrigação a proteção dos Direitos Humanos se enviar um solicitante de asilo de volta a um país no qual ele esteja enfrentando sério risco de vida ou tratamento cruel, desumano ou degradante. Essa decisão reconhece explicitamente que um sério risco de vida,

²³ ‘UN Landmark Case for People Displaced by Climate Change’, accessed 21 July 2020, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2020/01/un-landmark-case-for-people-displaced-by-climate-change/>.

tratamento cruel, desumano ou degradante pode ser visto devido aos efeitos das mudanças climáticas.

Ao contrário do ponto de vista de Addaney sobre a aplicabilidade do princípio de não devolução, surge a questão de saber se a aplicabilidade deste princípio sob o direito consuetudinário e tratado contemporâneo para um refugiado climático é dada, uma vez que o princípio está afirmando um não retorno à perseguição, tortura, ou tratamento desumano ou degradante. Claramente a migração induzida pelo clima não atende a nenhuma dessas noções exigidas, pois esse deslocamento não atende aos critérios da definição internacional de tortura. A definição afirma a infligência intencional de dor ou sofrimento intenso praticado por um funcionário público com o objetivo de obter uma confissão ou punir um determinado indivíduo²⁴. O segundo elemento do princípio da não devolução, o tratamento ou a punição, também são quase impossíveis de provar à luz da migração induzida pelo clima. Para estabelecer uma alegação de tratamento cruel, desumano ou degradante, é necessário demonstrar que o tratamento estava causando lesão corporal ou sofrimento físico ou mental intenso ou que a dignidade humana da pessoa foi violada. No entanto, deve ser analisado se a decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU em janeiro de 2020 mudará o status da proteção dos migrantes do clima e dará uma mudança para fornecer a esses indivíduos alguma proteção sob a estrutura internacional de Direitos Humanos.

3.3 – Direito Internacional de Mudanças Climáticas

Após avaliar a estrutura internacional de Direitos Humanos e sua única, talvez demasiado ampla, proteção aos refugiados climáticos, resta estabelecer até que ponto os migrantes ambientais estão sendo protegidos pela estrutura legal internacional para mudanças climáticas.

A quantidade de leis internacionais sobre mudanças climáticas é escassa e, portanto, não oferece proteção específica para os deslocados climáticos. O arcabouço jurídico internacional sobre o tema das mudanças climáticas é composto por três grandes documentos jurídicos: A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a

²⁴ ‘The Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment’ (Koninklijke Brill NV), Art. 1, https://doi.org/10.1163/2210-7975_HRD-5555-20180011, acessado em 10 de outubro de 2022.

Mudança do Clima, o Protocolo de Kyoto para a UNFCCC e o Acordo de Paris de 2015.

Nenhum dos itens acima visam diretamente o problema da migração induzida pelo clima e a proteção dos refugiados climáticos. No entanto, a UNFCCC incorporou a migração induzida pelo clima em sua agenda no ano de 2010 sob uma estrutura de adaptação adicional, a Estrutura de Adaptação de Cancun. O art. 14 dessa estrutura lê:

“Convida todas as Partes a intensificar a ação de adaptação sob o Quadro de Adaptação de Cancun, levando em consideração suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e capacidades recentes, e prioridades, objetivos e circunstâncias de desenvolvimento nacional e regional específicos, realizando, entre outros, o seguinte.”²⁵

Essa seção é seguida por recomendações sobre como abordar e planejar ações para proteger grupos vulneráveis, fortalecer instituições e aumentar a capacitação.

Kälin argumenta que o reconhecimento da migração induzida pelo clima é o elemento chave do Art. 14 do Quadro de Adaptação e que o reconhecimento no Quadro de Cancun levou à Decisão de Doha da UNFCCC de 2012, que reconheceu a migração induzida pelo clima²⁶.

De acordo com Addaney, o Acordo de Paris de 2015 fortalece o mandato da UNFCCC, pois o parágrafo 50 solicita o estabelecimento de uma força-tarefa. Essa força-tarefa deve *“desenvolver recomendações para abordagens integradas para evitar, minimizar e abordar o deslocamento relacionado aos impactos adversos das mudanças climáticas”*. Além disso, o Acordo de Paris de 2015 avançou nessa questão ao incluir os migrantes em seu Preâmbulo e ao reconhecer que as mudanças climáticas são uma preocupação da humanidade, especialmente para pessoas em

²⁵ United Nations Framework Convention on Climate Change, ‘Report of the Conference of the Parties on Its Sixteenth Session, Held in Cancun from 29 November to 10 December 2010’, Pub. L. No. FCCC/CP/2010/7/Add.1, <https://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf>. Acessado em 13 de outubro de 2022.

²⁶ Walter Kälin, ‘From the Nansen Principles to the Nansen Initiative’, no. 41 (2012): 49.

situação de vulnerabilidade²⁷. No entanto, todos os marcos legais sobre mudanças climáticas que também abordam a questão da migração induzida pelo clima mencionada acima ainda existem no âmbito de recomendações, não oferecendo uma estrutura de proteção completa para os migrantes ambientais.

Eles mostram que partes da comunidade internacional estão cientes da necessidade da proteção e incorporação dos refugiados climáticos no quadro jurídico internacional, mas até agora não há uma proteção legal sólida.

Isso leva à questão de como preencher a lacuna de proteção para migrantes ambientais no quadro jurídico internacional. A discussão sobre este tema é muito diversificada, no entanto, muitos estudiosos compartilham a visão de que a única possibilidade válida para proteger legalmente os migrantes ambientais é um novo tratado especificamente projetado e estabelecido para migrantes ambientais, que poderia alocar-lhes uma categoria separada como refugiados climáticos.

3.4 – Propostas de proteção internacional

Muitos estudiosos acreditam que, realisticamente, a adoção de um novo tratado é difícil de alcançar e propõem alternativas para o preenchimento da lacuna estudada. Os pensadores representados nesta discussão são, por um lado, Giannini e Docherty, que argumentam que a lacuna de proteção existente para os migrantes ambientais só pode ser preenchida com a adoção de um novo tratado internacional²⁸. Por outro lado, estudiosos como Prieur defendem a adição de um novo direito humano ao ambiente seguro em conexão com um novo reconhecimento universal dos direitos humanos dos migrantes ambientais²⁹.

Em termos gerais, o presente trabalho concorda com a necessidade de um novo tratado internacional para a proteção dos refugiados climáticos, mas o desenvolvimento de tal tratado leva uma quantidade considerável de tempo e o

²⁷ United Nations Framework Convention on Climate Change, 'Adoption of the Paris Agreement' (2015), <https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/109r01.pdf>.

²⁸ B. Docherty and T. Giannini, 'Confronting a Rising Tide: A Proposal for a Convention on Climate Change Refugees', *HARVARD ENVIRONMENTAL LAW REVIEW* 33, no. 2 (2009): 349.

²⁹ Michel Prieur, 'Draft Convention on the International Status of Environmentally-Displaced Persons', *The Urban Lawyer* 42/43 (1 September 2010): 257, <https://doi.org/10.2307/41307740>.

processo de migração induzida pelo clima e o sofrimento dos refugiados climáticos já está ocorrendo globalmente.

Portanto, este trabalho deve assumir a posição de que a lacuna de proteção para os refugiados climáticos precisa ser preenchida o mais rápido possível e isso não pode ser feito apenas com a adoção de um novo tratado. Um novo tratado sobre refugiados climáticos é uma meta que precisa ser alcançada nos próximos anos, se não décadas, e precisa desesperadamente ser cumprida, mas para a proteção atual dos refugiados climáticos, outras soluções precisam ser identificadas.

Uma solução de curto prazo adequada, bem como uma solução de trânsito para um tratado sobre a proteção dos refugiados climáticos, foi dada por Williams. Ela concorda com a ideia geral de um novo tratado proposto por Docherty e Giannini, mas vê a solução para a lacuna na proteção dos refugiados climáticos nos acordos regionais³⁰. Ela baseia sua argumentação em sua ideia na UNFCCC, na qual vê um instrumento efetivo de coordenação das proteções regionais e o Protocolo de Kyoto. Ela argumenta que ambos os instrumentos legais pedem cooperação regional. Williams é apoiada em sua opinião por McAdam, que argumenta “*que os acordos regionais podem efetivamente preencher as lacunas de proteção legal para refugiados do clima devido a semelhanças nos laços culturais, geográficos e familiares dentro regiões, capacidades de adaptação dos países e a possibilidade de migração interna e para países vizinhos*”. Ademais, os acordos regionais têm a possibilidade de facilitar a comunicação entre os países sobre diferentes fatores. No entanto, a questão de como os acordos regionais podem oferecer proteção em um fenômeno de dimensão global ainda precisa ser discutida nos próximos anos e a necessidade de um tratado internacional de proteção aos refugiados climáticos é inadiável. Portanto, pode ser apenas uma questão de tempo até que a comunidade internacional seja obrigada a lidar com o estabelecimento de tal tratado.

4 – O CASO DO SAHEL: A PROTEÇÃO DE MIGRANTES AMBIENTAIS EM ÂMBITO REGIONAL

³⁰ ANGELA WILLIAMS, ‘Turning the Tide: Recognizing Climate Change Refugees in International Law’, *Law & Policy* 30, no. 4 (2008): 502, <https://doi.org/10.1111/j.1467-9930.2008.00290.x>.

Conforme mencionado anteriormente, a Convenção de 1951 oferece apenas uma definição muito restrita de pessoas pertencentes ao grupo protegido de refugiados. O instrumento regional africano, porém, oferece uma definição mais ampla: sob esse instrumento regional, as pessoas que estão migrando ou fugindo de desastres naturais têm uma proteção potencial. A definição do conceito de refugiado na Convenção de 1951 é estendida pela Convenção da Organização de Unidade Africana de 1969, que oferece uma definição mais ampla de refugiados que pode abranger os migrantes ambientais. O Artigo 1(2) da Convenção Africana aborda a definição do termo refugiado. Depois de reafirmar no parágrafo 1 a definição de refugiado fornecida pela Convenção de 1951, a Convenção da OUA segue com o parágrafo 2 para estender o escopo do termo:

O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade³¹.

Uma análise mais atenta da Convenção Africana levanta a hipótese de haver a possibilidade de migrantes ambientais também receberem proteção nesse quadro regional, especialmente no que diz respeito ao seguinte trecho:

[...] que perturbem gravemente a ordem pública em parte ou em todo o seu país de origem ou nacionalidade, é obrigado a deixar a sua residência habitual para procurar refúgio [...].

A construção da frase indica que o conceito pode abranger a migração transfronteiriça devido às mudanças climáticas, uma vez que são desencadeadas e aceleradas por desastres ambientais ou degradação lenta. Além disso, Addaney destaca a importância do artigo 2(1) da Convenção de 1969, pois representa uma das

³¹ Convenção da Organização de Unidade Africana. que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África. Art. 1(2).

contribuições mais significativas para a jurisprudência dos refugiados. O artigo 2(1) afirma que “*conceder asilo a refugiados é um ato pacífico e humanitário que não deve ser tratado como um ato hostil por qualquer Estado membro*”.

Addaney afirma ainda que o princípio da solidariedade e do humanitarismo, que foi demonstrado antes durante a luta de libertação, pode se tornar um papel central na discussão dos mecanismos regionais para proteger os refugiados climáticos. Addaney continua dizendo que a solidariedade regional emergente poderia ser invocada para justificar uma obrigação moral, possivelmente também legal, dos Estados de prestar assistência aos locais mais afetados pelas mudanças climáticas e, portanto, pela migração induzida pelo clima, admitindo seus cidadãos em seu país por motivos humanitários.

Além disso, para a Convenção Africana de 1969, em 2009 foi adotada a Convenção para a Proteção e Assistência a Pessoas Deslocadas Internamente na África (Convenção de Kampala) e, portanto, fornece um maior desenvolvimento na proteção regional de migrantes ambientais. Embora a Convenção de Kampala trate principalmente de pessoas deslocadas internamente, ou seja, de pessoas deslocadas dentro das fronteiras do Estado, Addaney examina isso quando lida em combinação com a Convenção Africana de 1969, bem como a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta Africana), que várias disposições da Convenção de Kampala podem oferecer alguma proteção para os refugiados climáticos na África.

A disposição mencionada por Addaney aborda a definição de deslocados internos e está consagrada no artigo 1(k) da Convenção de Kampala e afirma o seguinte:

Pessoas Deslocadas Internamente” significa pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou deixar suas casas ou locais de residência habitual, em particular como resultado ou para evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou causados pelo homem, e que não cruzaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida³².

³² African Union, ‘African Union Convention for the Protection and Assistance of Internally Displaced Persons in Africa (“Kampala Convention”)’ (2012).

A importância dessa disposição da Convenção de Kampala reside no reconhecimento da ligação entre as alterações climáticas e a migração. No entanto, a disposição estabelece claramente o âmbito das pessoas deslocadas internamente e não através das fronteiras internacionais; o fortalecimento do vínculo entre mudança climática e migração também vem do artigo 5(4) da Convenção de Kampala, que afirma que as partes da Convenção devem tomar medidas para deslocados internos devido a desastres naturais, bem como mudanças climáticas. No artigo, as mudanças climáticas também são especificamente mencionadas.

Addaney finalmente afirma que um caso pode ser feito para oferecer proteção legal aos refugiados climáticos ao ler a Convenção Africana de 1969 juntamente com o artigo 1(2) e o artigo 5(4) da Convenção de Kampala.

Em conclusão, fica claro que existe uma lacuna de proteção para as pessoas que fogem sem seus meios de subsistência devido aos efeitos das mudanças climáticas. É reconhecido por quase todos os estudiosos que os refugiados climáticos não são protegidos pela proeminente Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados. Em primeiro lugar, porque os “perpetradores” (países que estão acelerando os efeitos das mudanças climáticas devido à sua abordagem econômica) são muitas vezes países nos quais as pessoas estão buscando refúgio. Em segundo lugar, e mais importante, porque a definição da Convenção de 1951 é muito limitada e não inclui a fuga das mudanças climáticas.

Apesar de não serem protegidos pela Convenção de 1951, os refugiados climáticos são, em certa medida, protegidos pela estrutura internacional de direitos humanos, que são universalmente reconhecidos. Além disso, a nova decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU está dando esperança para uma mudança na proteção dos refugiados climáticos.

Com um olhar mais atento à proteção dos refugiados do clima na região do Sahel e na África em geral, o quadro regional apoia a proteção específica desses indivíduos ao reconhecer a causa das mudanças climáticas como um elemento definidor e substancial da noção e do conceito de refugiado.

Resta dizer que a proteção dos refugiados climáticos no direito internacional ainda é insuficiente e que há uma grande necessidade de renovação nesse campo.

4.1 – Influência da migração na segurança do Sahel

A região do Sahel é conhecida como uma das regiões mais perigosas do mundo. Atingindo desde as fronteiras orientais da Somália, passando pelo Chade e Mali até as fronteiras ocidentais da Mauritânia, a região enfrenta vários conflitos armados, guerras e instabilidade política. No entanto, em desenvolvimentos recentes, pode-se identificar algum progresso na promoção da democracia e na manutenção da paz.

Esta parte do presente trabalho descreve a situação histórica de paz e segurança no Sahel da África Ocidental com foco no Mali. Além disso, os mecanismos gerais de proteção para a paz e segurança na África serão discutidos para fornecer uma avaliação detalhada da atual situação política frágil e do status de paz e segurança. Assim, o foco desta tese recai sobre a situação geopolítica e a situação de paz, segurança e diferentes formas de conflito na região. É notável que diferentes noções de segurança desempenham um papel vital na avaliação dos impactos devidos à migração induzida pelo clima, como a noção de segurança humana. No entanto, a discussão sobre segurança humana e impactos das mudanças climáticas e migração não recebem atenção especial neste trabalho, pois o foco no que diz respeito a uma abordagem de paz e segurança está concentrado na segurança nacional.

A falta de dados científicos em torno da migração induzida pelo clima torna-se particularmente problemática e controversa no contexto do Sahel, uma vez que dificulta a identificação do efeito direto da migração no surgimento de conflitos armados. A literatura sobre o tema tem apresentado diferentes conclusões e trazido diversas críticas à validade dos dados e ao uso falho das relações causais.

Em primeiro lugar, é muito importante considerar a complexidade do fenômeno da migração induzida pelo clima, enquanto é feita a avaliação de sua influência na paz e segurança e possíveis conflitos armados. De acordo com um relatório publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2012, as mudanças climáticas tornaram-se uma questão política global e a ideia de uma estreita ligação entre as mudanças ambientais e a eclosão de conflitos violentos

aumentou na política internacional. Além disso, a OCDE argumenta que a região do Sahel é um exemplo onde estão surgindo conflitos causados pelo clima³³.

Além disso, o relatório vincula o conceito de malthusianismo à ideia de que as mudanças climáticas podem levar à instabilidade e colocar em risco a paz e a segurança devido à escassez de recursos em alimentos e água que levam à pobreza e à luta por recursos³⁴. No entanto, o fenômeno do malthusianismo acima mencionado concentra-se principalmente no impacto singular que as mudanças climáticas têm nos conflitos armados devido à escassez de recursos e não chega a mencionar o vínculo com a migração, que é um fator suplementar que leva aos conflitos armados. Além disso, no artigo escrito por Heinrigs e colegas e publicado pela OCDE, muitas das correlações são demonstravelmente falhas ao presumirem que mudanças climáticas podem ser uma causa direta de conflitos. No entanto, a literatura recente mostrou que a migração e as mudanças climáticas desempenham apenas um papel suplementar nos conflitos armados emergentes e os estudos não podem fornecer uma ligação causal clara entre as mudanças climáticas, os conflitos armados e a migração³⁵. As principais causas dos conflitos armados são quase sempre de natureza socioeconômica e sociopolítica, e as mudanças climáticas desempenham apenas um papel facilitador na revelação de governanças, infraestruturas e outros pontos fracos nos respectivos países. Portanto, o paradigma malthusiano gera discordância entre os pesquisadores.

Outros autores, todavia, afirmam que eventos climáticos como aquecimento, secas e outras condições extremas podem ser identificados como fatores que desempenham um papel significativo em causar conflitos internos³⁶; Burke et al afirmam que os fatores climáticos podem ter uma influência significativa.

³³ Philipp. Heinrigs et al., *Global Security Risks and West Africa : Development Challenges*, West African Studies, 2074-353X ([Paris]: OECD, Sahel and West Africa Club Secretariat, 2012), 78, <http://site.ebrary.com/id/10559282>.

³⁴ Heinrigs et al., *Global Security Risks and West Africa: Development Challenges*, 79.

³⁵ Francis A. Galgano, ed., *The Environment-Conflict Nexus: Climate Change and the Emergent National Security Landscape*, Advances in Military Geosciences (Cham, Switzerland: Springer, 2019), 8.

³⁶ Marshall B. Burke et al., 'Warming Increases the Risk of Civil War in Africa', *Proceedings of the National Academy of Sciences* 106, no. 49 (8 December 2009): 20670–74, <https://doi.org/10.1073/pnas.0907998106>.

Além de Burke, os estudiosos Abel, Brottrager, Crespo e Cuaresma afirmam que o conflito duradouro na Síria também chamou muita atenção na relação entre mudança climática e conflito³⁷. De acordo com Gleick e Kelly, estudos recentes mostraram que a migração de áreas rurais dominadas pela agricultura para áreas urbanas antes do início do conflito sugere uma ligação direta com secas frequentes, quebra de safras e escassez de água. causou milhões de pessoas deslocadas e graves violações de direitos humanos³⁸.

À luz da migração internacional devido a mudanças ambientais, Bosetti et al suspeitam em sua pesquisa que o aumento dos fluxos de migrantes ambientais pode resultar em efeitos de insegurança e instabilidade nos países de destino. Eles continuam a pesquisa questionando se a pressão demográfica e econômica devida ao fluxo de migrantes que chegam poderia desencadear tensões entre etnias e culturas diferentes, evocar conflitos ou alimentar conflitos já existentes nos respectivos Estados³⁹.

Ao assumir que os fluxos de migração induzida pelo clima podem alimentar tais tensões étnicas e aplicar essa suposição no estudo de caso do Sahel, torna-se evidente que essa combinação é altamente arriscada a área uma vez que os conflitos étnicos e religiosos já causam diversos problemas⁴⁰. Vale ressaltar que Fearon e Laitin afirmam que cerca de 30% de todos os conflitos étnicos entre 1945 e 2008 ocorreram entre imigrantes recém-chegados ao país e comunidades indígenas⁴¹. O modelo de conflito ambiental, proposto em 2001 pelo cientista político Homer-Dixon, afirma que a migração induzida pelo clima provavelmente sobrecarregará os já escassos

³⁷ Guy J. Abel et al., 'Climate, Conflict and Forced Migration', *Global Environmental Change* 54 (1 January 2019): 239, <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2018.12.003>.

³⁸ Abel et al., 'Climate, Conflict and Forced Migration', 239.

³⁹ Bosetti, Cattaneo, and Peri, *Should They Stay or Should They Go? : Climate Migrants and Local Conflicts*, 2.

⁴⁰ Heidelberg Institute for International Conflict Research, 'Conflict Barometer (2019)', 56.

⁴¹ James D. Fearon and David D. Laitin, 'Sons of the Soil, Migrants, and Civil War', *World Development* 39, no. 2 (2011): 199–211, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.11.031>.

recursos na recepção de migrantes e, portanto, pode se tornar uma fonte primária de instabilidade⁴². Somando-se a isso, Abel e colegas afirmam que Reuveny:

[...] enfatiza que, no contexto de escassez de recursos neomalthusianos, a migração induzida pelas mudanças climáticas é particularmente propensa a criar conflitos na área de destino, porque fluxos migratórios grandes e rápidos impedem que as áreas receptoras incorporem migrantes suavemente⁴³.

É preciso notar, porém, que a teoria de Homer-Dixon foi estabelecida em 2001 e também a afirmação de Reuveny carece de evidências científicas claras. Assim, dados recentes contestam fortemente essas relações simplificadas de migrantes ambientais tornando-se uma fonte primária de instabilidade no país de acolhimento devido aos recursos escassos⁴⁴. Além disso, Abel et al argumentam que as suposições de Reuvenys e Homer-Dixons são baseadas em um modelo teórico sem suporte de evidência empírica, além de não incluírem uma abordagem multidimensional para a migração induzida pelo clima e assumir um fenômeno de migração em massa induzido pelo clima sem dados de apoio⁴⁵.

Estudiosos e publicações contemporâneas também consideram que uma maior probabilidade de guerra civil, bem como disputa entre países, pode estar ligada a fluxos migratórios e refugiados⁴⁶. Principalmente, essas teorias são baseadas no pressuposto básico de que a migração forçada, quer os fatores climáticos tenham um papel predominante ou não, aumenta a pressão sobre os já escassos recursos, infraestrutura, economia e governança fraca nos países de destino e, portanto, instiga conflitos.

⁴² Thomas Homer-Dixon, *Environment, Scarcity, and Violence*, Nachdr. (Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1999).

⁴³ Abel et al., 'Climate, Conflict and Forced Migration', 241.

⁴⁴ Bosetti, Cattaneo, and Peri, *Should They Stay or Should They Go? : Climate Migrants and Local Conflicts*, 25.

⁴⁵ Abel et al., 'Climate, Conflict and Forced Migration', 241.

⁴⁶ Idean Salehyan, 'The Externalities of Civil Strife: Refugees as a Source of International Conflict', *American Journal of Political Science* 52, no. 4 (2008): 787–801.

Além disso, Docquier e colegas afirmam ter encontrado uma correlação entre migração e disputas armadas entre países⁴⁷, mas essas relações e causalidades diretas são altamente contestáveis uma vez que não foram produzidas evidências científicas e empíricas até agora que conectem forte e diretamente a migração induzida pelo clima a efeitos mensuráveis sobre a paz e a segurança e o surgimento de conflitos violentos⁴⁸.

Existem várias razões pelas quais não há evidências empíricas claras de como a migração induzida pelo clima influencia as situações de paz e segurança nos países de destino. Uma delas é a já mencionada realidade de que a migração induzida pelo clima dificilmente pode ser identificada, sendo um fenômeno que aparece por si só. É um processo complexo e multidimensional, quase impossível de observar diretamente. A mudança climática é destacada como um dos principais fatores e elementos na migração induzida pelo clima, mas os processos migratórios são ainda mais predominantemente influenciados por fatores políticos e socioeconômicos, com fatores climáticos, como desertificação, secas e inundações, desempenhando um papel complementar como um dos cinco principais impulsionadores dos processos de migração⁴⁹.

Portanto, a distinguir migrantes que optam por deixar seu ambiente por conta do desespero econômico pode eventualmente ser considerada como migrantes ambientais, visto que os impactos das mudanças climáticas alimentaram seu desespero econômico, impedindo-os de colher suas áreas agrícolas e, portanto, resultando em menos renda⁵⁰. No entanto, eles provavelmente não poderiam aparecer nas estatísticas como migrantes induzidos pelo clima porque seriam categorizados como pessoas migrando por razões econômicas⁵¹.

⁴⁷ Docquier, Ruysen, and Schiff, 'International Migration: Pacifier or Trigger for Military Conflicts?', *Journal of Development Studies* 54, no. 9 (2018): 1657–79, <https://doi.org/10.1080/00220388.2017.1355456>.

⁴⁸ Cees Withagen, 'The Climate Change, Migration and Conflict Nexus', *Environment and Development Economics* 19, no. 3 (June 2014): 324–27, <https://doi.org/10.1017/S1355770X14000321>.

⁴⁹ The Government Office for Science, 'Foresight: Migration and Global Environmental Change', 44–45.

⁵⁰ Boas et al., 'Climate Migration Myths', 19.

⁵¹ Bosetti, Cattaneo, and Peri, *Should They Stay or Should They Go? : Climate Migrants and Local Conflicts*, 19.

Curiosamente, no entanto, os estudiosos estão chegando a um consenso geral de que os países de origem experimentam um efeito positivo no conflito devido à migração induzida pelo clima e os números nesses países estão diminuindo com o aumento de pessoas migrando internacionalmente⁵². Essas descobertas são consistentes com a suposição que a migração induzida pelo clima representa uma importante estratégia de adaptação, bem como apresenta um método vital de mitigação de conflitos.

Para resumir a influência da migração induzida pelo clima na paz e segurança, é crucial reconhecer que muitos dos modelos e teorias expressos carecem de evidências empíricas suficientes para apoiar suas alegações propostas. Além disso, é importante entender a complexidade, relação e interdependência das principais variáveis (mudanças climáticas, migração, estabilidade política e governança e conflito) e como elas se influenciam.

Essa relação mútua de fatores é apoiada pelo trabalho de Galgano, que afirmou em sua publicação *The environment-conflict Nexus*:

O resultado de um cenário potencial de segurança ambiental é fortemente influenciado pela política governamental, estrutura social, força da governança, tecnologia e infraestrutura⁵³.

Especialmente nos países em desenvolvimento, a relação entre mudanças demográficas, escassez de recursos e estresse ambiental torna-se evidente e dificulta a atribuição de influências a um único fator.

Além disso, os resultados de um estudo realizado por Besotti, Cattaneo e Peri em 2018, que tentou reunir evidências empíricas sobre duas questões de pesquisa em torno da causalidade da migração induzida pelo clima em conflitos internos e internacionais, afirmam que não houve influência significativa dos migrantes

⁵² Betsy Hartmann, 'Rethinking Climate Refugees and Climate Conflict: Rhetoric, Reality and the Politics of Policy Discourse', *Journal of International Development* 22, no. 2 (2010): 233–46,

⁵³ Galgano, *The Environment-Conflict Nexus*, 8.

climáticos em conflitos nos países de destino⁵⁴; ao invés disso, o estudo mostrou o importante papel da migração como estratégia de adaptação e forneceu uma visão sobre o papel positivo dos migrantes. Somando-se a isso está a afirmação de que a migração tem o potencial de contribuir para melhores estratégias de colheita agrícola nos países receptores⁵⁵.

Todos esses fatores desempenham um papel importante na avaliação da influência da migração induzida pelo clima na geração, alimentação ou fortalecimento de conflitos na região do Sahel, que está no presente trabalho sendo utilizada como exemplo. Após avaliação da literatura existente, não se pode provar que a migração induzida pelo clima tenha tido um grande efeito adverso sobre os conflitos violentos, pois, como a região é instável, pode-se dizer que a combinação desses fatores representa uma enorme ameaça à paz e segurança em toda a região e a comunidade internacional deve agir preventivamente contra ela. No entanto, a urgência de adotar medidas e políticas preventivas na região foi compreendida e reconhecida internacionalmente, fato demonstrado pela forte presença e suporte internacional na região.

5 – MEDIDAS DE REDUÇÃO DE IMPACTOS DA MIGRAÇÃO CLIMÁTICA NA SEGURANÇA E PAZ

Como previamente mencionado, a migração induzida pelo clima e os impactos resultantes na paz e na segurança são processos muito complexos e inter-relacionados que exigem soluções multidimensionais⁵⁶. Como não há uma explicação única para a migração induzida pelo clima ou o surgimento de conflitos, também não pode haver uma solução única para o impacto da migração induzida pelo clima na paz e na segurança.

⁵⁴ Bosetti, Cattaneo, and Peri, *Should They Stay or Should They Go? : Climate Migrants and Local Conflicts*, 25.

⁵⁵ Kristine Juul, 'Transhumance, Tubes and Telephones: Drought Related Migration as a Process of Innovation.', in *Beyond Territory and Scarcity: Exploring Conflicts over Natural Resource Management* (Uppsala: Nordic Africa Institute, 2005).

⁵⁶ 'Migration and the Climate Crisis: The UN's Search for Solutions', UN News, 31 July 2019, <https://news.un.org/en/story/2019/07/1043551>.

Para a solução do problema é necessário um sistema multidimensional. Os fatores influentes a serem abordados são as mudanças climáticas, a migração e a estabilidade geopolítica na região. Para alcançar o progresso em todos os níveis, é de extrema importância que todos esses fatores sejam coordenados em conjunto, incluindo organizações internacionais, governos nacionais e sociedade civil.

A minimização das mudanças climáticas poderia fornecer a base para uma mudança genuína na situação. Ao reduzir as mudanças climáticas antropogênicas, são tomadas medidas preventivas contra futuros desenvolvimentos negativos em países particularmente vulneráveis à migração climática. Além disso, o medo de um cenário como a migração em massa pode ser aliviado, mesmo que a afirmação sobre tal cenário seja muito crítica e não comprovada cientificamente. Ao aliviar os impactos das mudanças climáticas nos meios de subsistência das pessoas, a migração induzida pelo clima presumivelmente tem a chance de declinar, eventualmente permitindo que as pessoas já migradas voltem para suas casas.

O segundo pilar de uma abordagem adequada para reduzir o impacto sobre a paz e a segurança causado pela migração climática deve levar em conta o fortalecimento das capacidades locais. É essencial alcançar um país receptor forte, estável e seguro para as pessoas que precisam fugir e abandonar seus meios de subsistência, pois os países frágeis são mais vulneráveis ao surgimento de surtos violentos em geral⁵⁷.

Portanto, fortalecer as capacidades locais, fornecendo apoio econômico ou formas de cooperação internacional para o desenvolvimento, é substancial e não menos importante. A cooperação para o desenvolvimento pode oferecer uma grande oportunidade para estabilizar a situação geral na região o mais rápido possível. No entanto, é extremamente importante usar uma abordagem de cooperação para o desenvolvimento sustentável na situação que também leve em consideração a situação étnica e cultural. Sem uma abordagem de cooperação para o desenvolvimento sustentável, uma possível estabilização na região pode ser

⁵⁷ Schiller, 'The Situation in the Sahel - Consequences for International Engagement in the Region', 61.

rapidamente perdida assim que os projetos de cooperação para o desenvolvimento terminarem de outra forma⁵⁸.

Além disso, governos nacionais mais fortes, com boa governança e líderes democraticamente eleitos precisam estar representados em toda a região para garantir um processo duradouro em matéria de paz e segurança e adotar estruturas e decisões sobre a implementação do progresso e a integração de migrantes ambientais nos países de acolhimento. Assim, os primeiros avanços estão sendo feitos através do estabelecimento de um Pacto Global sobre Migração, que em certa medida pode aliviar e facilitar a coordenação de tal problema⁵⁹.

6 – CONCLUSÃO

Este trabalho tentou fornecer uma visão geral sobre a questão da migração induzida pelo clima e analisar seus efeitos sobre a paz e a segurança. É importante mencionar que uma das questões-chave sobre um tema tão complexo é a inconsistência da terminologia. Na discussão acadêmica circulam vários termos diferentes, dividindo o debate e limitando sua comparabilidade. Além disso, é surpreendente examinar quantas relações causais defeituosas os autores tiram conclusões. A escassa quantidade de dados científicos válidos desempenha, assim, um papel vital e precisa ser ampliado em pesquisas futuras.

Em resumo, a migração induzida pelo clima como um conceito em geral precisa ser vista de maneira crítica. Além disso, a mudança climática, além da migração de curto prazo após desastres climáticos de início súbito, nunca é uma causa singular para as pessoas migrarem para longe do que anteriormente eram seus meios de subsistência. A mudança climática desempenha um papel suplementar em forçar as pessoas a migrar.

Os papéis centrais nos processos de migração são atribuídos a fatores socioeconômicos e políticos. No entanto, os fatores climáticos também influenciam os

⁵⁸ Vereinte Nationen, ed., *Sustainable Development Challenges*, World Economic and Social Survey 2013 (New York: United Nations, 2013).

⁵⁹ Nicola Piper, 'The Global Compact on Migration', *Global Social Policy* 18, no. 3 (December 2018): 323, <https://doi.org/10.1177/1468018118799413>.

fatores supracitados devido à produção de alimentos e aos ativos econômicos dos indivíduos e núcleos familiares.

Embora concentrada na migração internacional forçada, o presente trabalho traz a existência de uma lacuna de proteção no mecanismo de proteção legal internacional no que diz respeito à proteção de migrantes ambientais. Atualmente, os migrantes ambientais não são especificamente protegidos pelo Direito Internacional. No entanto, a Lei Internacional de Direitos Humanos, bem como a Lei Internacional de Mudanças Climáticas, representam uma oportunidade para conceder aos migrantes ambientais mais proteção, mesmo não suprimindo todas as vertentes de necessidade das pessoas afetadas por esse tipo de situação. Desenvolvimentos recentes contribuem para essa tendência de reconhecer os migrantes ambientais como possíveis refugiados. Recentemente, o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas comentou uma queixa individual de que “*os países não podem deportar indivíduos que enfrentam condições induzidas pelas mudanças climáticas que violam o direito à vida*”. Isso pode marcar um marco na proteção e promoção dos direitos humanos de indivíduos ameaçados pelos impactos das mudanças climáticas. No entanto, a ideia precisa ser considerada com cuidado, pois esta declaração não fornece nenhum mecanismo de *hard law* na proteção de migrantes ambientais. O presente artigo entende que, de acordo com a literatura existente, é inevitável a adoção de um novo tratado para garantir mais direitos aos migrantes ambientais, mas não amenizando o atual mecanismo de proteção dos refugiados tradicionalmente reconhecidos como tal. Esse desafio precisa ser enfrentado com mais urgência e discutido por toda a comunidade internacional.

A partir dos dados analisados na compilação do presente trabalho foi possível notar uma série de padrões. Em primeiro lugar, as mudanças na temperatura tendem a ter efeitos mais robustos na migração do que as mudanças nas chuvas, uma descoberta que é consistente com pesquisas recentes. Em segundo lugar, as estimativas gerais sugerem que a variabilidade climática aumenta a probabilidade de migração entre províncias em toda a região, em vez de prender populações vulneráveis no local. Terceiro e relacionado, esses efeitos gerais mascaram a heterogeneidade entre grupos, países e de acordo com as condições climáticas de linha de base (por exemplo, níveis históricos de temperatura e precipitação). O efeito, ou a falta dele, de algumas fontes de variabilidade climática mostra-se dependente do sexo, idade e país de residência das pessoas afetadas.

O fato de que grande parte da migração induzida pelo clima observada é direcionada para áreas urbanas sugere a necessidade de explorar as consequências de tal migração para as comunidades receptoras e os próprios migrantes. Nos casos em que os migrantes afetados estão se mudando de áreas rurais, as transições para áreas urbanas podem representar um conjunto único de desafios. O uso da migração para os centros urbanos como meio de adaptação às mudanças climáticas exigirá muitas adaptações subsequentes nos meios de subsistência dessas populações rurais, bem como das comunidades em que se instalam. Os migrantes provinciais originaram-se em áreas rurais ou urbanas, e as limitações de dados também impediram análises comparáveis de migração dentro de províncias direcionadas para áreas urbanas. A implicação é que não podemos fazer afirmações fortes sobre o clima e a migração rural-urbana com base nessas descobertas. Esta é uma clara limitação das análises atuais, e que pesquisas futuras devem abordar com outros dados. Como acima descrito, a literatura existente sobre a ligação entre clima e urbanização é bastante limitada e, ao que parece atualmente restrita a estudos da África Subsaariana principalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEL, Guy J. et al. **Climate, Conflict and Forced Migration**. *Global Environmental Change* 54 (Janeiro de 2019): 239–49.

ADDANEY, Michael. **The Legal Challenges of Offering Protection to Climate Refugees in Africa**. In *Governance, Human Rights, and Political Transformation in Africa*, edited by Michael Addaney, Michael Gyan Nyarko, and Elsabé Boshoff, 333–58. Cham: Springer International Publishing, 2020.

African Union. *African Union Convention for the Protection and Assistance of Internally Displaced Persons in Africa ('Kampala Convention')* (2012).

BAEZ, J.; Caruso, G.; MUELLER, V. et al. **Droughts augment youth migration in Northern Latin America and the Caribbean**. *Climatic Change* 140, 423–435 (2017). Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10584-016-1863-2>>. Acesso em 13 de outubro de 2022.

BLACK, Richard et al. **Migration as adaptation**. *Nature* 478, n. 7370 (outubro de 2011): 447-449.

BOSETTI, Valentina et al. **Should They Stay or Should They Go? : Climate Migrants and Local Conflicts**. 1 Online-Ressource. vols. NBER Working Paper Series; 24447. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2018.

BURKE, Marshall B. et al. **Warming Increases the Risk of Civil War in Africa**. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 106, no. 49 (8 de dezembro de 2009): 20670–74.

BYRAVAN, Sujatha; RAJAN, Sudhir Chella. **The ethical implications of sea-level rise due to climate change**. Cambridge University Press, 2011.

CURTIS, Kimberly. **Climate Refugees, Explained** | UN Dispatch. Disponível em: <<https://www.undispatch.com/climate-refugees-explained/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

DOCHERTY, B.; T. Giannini. **Confronting a Rising Tide: A Proposal for a Convention on Climate Change Refugees**. *Harvard Environmental Law Review* 33, no. 2 (2009): 349–404.

EHRHART, Hans-Georg et al. **Sicherheits- und Friedensordnungen in Afrika Nationale und regionale Herausforderungen.**, 2019.

FERRIS, Elizabeth. **Climate-induced resettlement: environmental change and the planned relocation of communities**. SAIS Review of International Affairs 35(1), pgs.109-117, 2015.

Heidelberg Institute for International Conflict Research. **Conflict Barometer (2019)**. Heidelberg, Alemanha, 2020.

HEINRIGS, Philipp.; TRÉMOLIÈRES, Marie. **Sahel and West Africa Club., and Organisation for Economic Co-operation and Development. Global Security Risks and West Africa : Development Challenges**. West African Studies, 2074-353X. [Paris]: OECD, Sahel and West Africa Club Secretariat, 2012.

Homer-Dixon, Thomas. **Environment, Scarcity, and Violence**. Nachdr. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.

IDMC. **Global report on international displacement 2022**. Disponível em: <<https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2022/#download>>. Acesso em 02 de outubro de 2022.

IPCC. **Sixth assessment report**. 2021. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

LABMAN, Shauna. **Looking Back, Moving Forward: The History and Future of Refugee Protection**. Chicago-Kent Journal of International and Comparative Law: 2010.

MCADAM, Jane. **Climate Change Displacement and International Law**. UNHCR. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/4dff16e99.pdf>>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

———. **Climate Change, Forced Migration, and International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

———. **Climate Change, Forced Migration, and International Law**. Utrecht Journal of International and European Law 28 (29 June 2012): 61.

PRIEUR, Michel. **Draft Convention on the International Status of Environmentally-Displaced Persons**. The Urban Lawyer 42/43 (1 September 2010): 247–57.

RALEIGH, Clionadh. **Political Marginalization, Climate Change, and Conflict in African Sahel States**. International Studies Review 12, no. 1 (2010): 69–86.

Refugees, United Nations High Commissioner for. **History of UNHCR**. UNHCR. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/history-of-unhcr.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

REUVENY, Rafael. **Climate Change-Induced Migration and Violent Conflict**. *Political Geography* 26, no. 6 (August 2007): 656–73.

THIEDE, Brian; GRAY, Clark; MUELLER, Valerie. **Climate variability and inter-provincial migration in South America, 1970–2011**. *Global Environmental Change*, vol. 41, 2016, pgs. 228-240. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2016.10.005>>. Acesso em: 17 de agosto de 2022.

THOMPSON, Claire Elise. **Will climate-friendly cities be friendly to climate migrants?** Disponível em: <<https://grist.org/fix/cities/climate-friendly-cities-welcoming-immigrants/>>. Acesso em: 10 out. 2022.

SHARRIEFF, Malik. **The impact of natural disasters**. *Sciencing*, atualizado em 2018. Disponível em: <<https://sciencing.com/impact-natural-disasters-5502440.html>>. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

STEFFENS, Gena. **Changing climate forces desperate Guatemalans to migrate**. *National Geographic*, 2018. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.com/environment/article/drought-climate-change-force-guatemalans-migrate-to-us>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

UNHCR. **Climate Change and Disasters**. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/climate-change-and-disasters.html>>. Acesso em: 5 de outubro de 2022.

KÄLIN, Walter. **From the Nansen Principles to the Nansen Initiative**, n. 41 (2012): 48–49.

WARNER, Koko; LACKZO, Frank. **Migration, Environment and Development: New Directions for Research**. *Center for Migration Studies*, vol. 21, pgs. 235-251. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.2050-411X.2008.tb00405.x>>. Acesso em 24 de setembro de 2022.

WILLIAMS, Angela. **Turning the Tide: Recognizing Climate Change Refugees in International Law**. *Law & Policy* 30, no. 4 (2008): 502–29.